

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população. A medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade; já os níveis comparativos de desenvolvimento econômico são geralmente medidos pela renda em termos de PPP (*purchasing power parity*) por habitante porque a renda ou produto do país corrigido dessa maneira avalia melhor a capacidade média de consumo da população do que a renda nominal. Há casos, entretanto, especialmente nos países produtores de petróleo, que renda per capita não reflete em absoluto o nível de produtividade e de desenvolvimento econômico de um país. Uma alternativa é o índice de desenvolvimento humano, que foi um importante avanço na avaliação do desenvolvimento econômico mas não substitui as duas rendas por habitante anteriores, antes as complementa. O desenvolvimento econômico supõe uma sociedade capitalista organizada na forma de um estado-nação onde há empresários e trabalhadores, lucros e salários, acumulação de capital e progresso técnico, um mercado coordenando o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora.

O aumento da produtividade ou da produção por trabalhador ocorre tanto na produção dos mesmos bens através da redução sistemática da quantidade de trabalho simples utilizado, quanto através da transferência da mão-de-obra para setores com maior conteúdo tecnológico ou maior valor adicionado per capita. Esta segunda forma de aumento da produtividade é mais

importante do que a primeira, porque é dessa forma que um país logra aproveitar seus trabalhadores, técnicos, administradores e comunicadores mais qualificados ou educados. Seu custo social de reprodução é mais alto – o que implica maiores salários e, portanto, padrões de vida mais altos. Do lado da oferta, o crescimento econômico depende da educação, do desenvolvimento tecnológico e da acumulação de capital em máquinas e processos mais produtivos. Entretanto, na medida em que a oferta não cria automaticamente a demanda, o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis depende, do lado da demanda, de um diferencial satisfatório para os empresários entre a taxa de lucro esperada e a taxa de juros que, por sua vez, depende principalmente de uma taxa de juros moderada e de uma taxa de câmbio competitiva que criem oportunidades de investimento. Como se trata de um processo histórico, o desenvolvimento econômico precisa ser estudado empiricamente como fizeram os grandes economistas clássicos, e não hipotético-dedutivamente, como fez Ricardo e fazem os economistas neoclássicos. O desenvolvimento econômico vise atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem estar – e, apenas indiretamente os quatro outros grandes objetivos que essas sociedades buscam – a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do ambiente. Por isso, é importante não confundir-lo com o desenvolvimento ou o progresso total da sociedade que implica um avanço equilibrado nos cinco objetivos.

desenvolvimento e crescimento

Dado o fato de que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico; eu, entretanto, entenderei as duas expressões como sinônimas. De fato, se definirmos crescimento econômico como simples aumento da renda per capita, os dois termos não se confundem porque há casos em que a produção média por habitante aumenta mas mesmo no longo prazo não aumento generalizado dos salários e dos padrões de consumo da sociedade. Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Schumpeter usou essa distinção para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria

crescimento, e para mostrar a importância da inovação – ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico – no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico. Embora fosse essa uma forma inteligente e sutil que o grande economista usou para se desvincular parcialmente do pensamento neoclássico, ela é meramente teórica não fazendo sentido do ponto de vista histórico. É verdade que podem existir circunstâncias nas quais o crescimento da renda per capita não envolve essas transformações e não configuram, portanto, desenvolvimento econômico. É bem conhecido o caso de países cuja renda per capita cresce devido à exploração de um recurso natural de que esse país é muito bem dotado, mas não há transformações estruturais na economia: a produção desse bem ocorre em regime de enclave, geralmente acompanhado por doença holandesa, ficando os frutos do progresso técnico limitados exclusivamente àquele setor da economia.

Não vejo, entretanto, razão para identificar aumento da renda per capita sem aumento da produtividade como sendo ‘crescimento econômico’. Verificando o uso corrente, observo que desenvolvimento e crescimento econômico são expressões geralmente utilizadas como sinônimas; por outro lado, a medida usual do desenvolvimento econômico continua sendo o aumento da renda per capita. Quando há aumento da renda per capita, mas a economia não se transforma porque não aumenta a produtividade de toda ela mas apenas de um enclave geralmente de baixo valor adicionado per capita, não ocorre nem desenvolvimento nem crescimento econômico. Nos países vítimas da doença holandesa pode ocorrer um aumento limitado da renda per capita, mas não acontecem as transformações estruturais, culturais e institucionais que são inerentes ao processo de desenvolvimento ou crescimento econômico, nem existe o aumento dos padrões de vida da população, que é parte essencial desse processo, porque a taxa de câmbio é definida pelo recurso que envolve rendas ricardianas em um nível tal que todos os demais setores comercializáveis com maior valor adicionado per capita se tornam inviáveis economicamente. Mesmo, entretanto, que a doença holandesa seja uma forma de reduzir uma economia nacional à condição de economia de enclave, essa é a exceção porque aquela doença pode ser evitada através da administração direta da taxa de câmbio, e da sua administração indireta através de impostos sobre a exportação do bem causador da doença que elevem seu custo marginal para o das indústrias com alto valor adicionado per capita, e de proteção tarifária à indústria combinada com subsídios à exportação. A regra, o que ocorre historicamente na maioria das vezes, é o crescimento da

renda per capita implicar mudanças estruturais na economia e na sociedade. Distinguir crescimento de desenvolvimento econômico no plano histórico só faz sentido a partir de uma perspectiva teórica que supõe possível e freqüente o aumento da renda per capita sem mudanças profundas na sociedade, quando isso só pode ocorrer em situações muito particulares. Nas situações normais, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura, e das próprias estruturas básicas da sociedade. A partir da obra decisiva de Marx sobre o tema, esta interdependência entre as diversas instâncias de uma sociedade (tecnológica e econômica, cultural, e institucional) tornou-se assente: nenhuma delas pode mudar sem que as outras também, mais cedo ou mais tarde, mudem. Não há consenso e não creio que seja possível definir de forma definitiva qual dessas instâncias é a mais estratégica, nem é possível prever quando a mudança em uma instância provocará mudança na outra, mas sua interdependência é um fato social indiscutível que torna duvidosa a conveniência de se distinguir crescimento de desenvolvimento econômico.

Para muitos economistas não-ortodoxos a identificação do desenvolvimento econômico com crescimento seria ideológica: ela ocultaria o fato de o desenvolvimento econômico implicar melhor distribuição de renda enquanto que crescimento, não. Amartya Sen (1989 [1993], 1999), cujo nome está ligado à formulação do Índice de Desenvolvimento Humano, é talvez o mais radical nessa matéria: para ele desenvolvimento econômico implica expansão das capacidades humanas ou aumento da liberdade. Celso Furtado (2004: 484), por sua vez, afirma que o “crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente”. Nesse caso desenvolvimento econômico implicaria distribuição. É impossível não ser simpático a essas proposições. Elas supõem que o aumento dos padrões médios de vida, que sempre ocorre com o aumento da produtividade ou o ‘desenvolvimento econômico’, deva ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo ‘desenvolvimento social’ ou por uma distribuição de renda menos desigual e portanto mais justa do produto social; pelo ‘desenvolvimento político’ ou por mais liberdade política, por mais democracia; e pelo ‘desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural’. Existe, entretanto, aqui, uma clara confusão de desenvolvimento econômico enquanto fenômeno

histórico com desenvolvimento enquanto algo que normativamente aspirarmos. Coloquei entre aspas as quatro formas de desenvolvimento apenas para que isto fique mais claro no texto. Desenvolvimento sem adjetivos ou desenvolvimento humano seria o gênero que incluiria as espécies: econômico, social, político e ambiental. E seria também o desenvolvimento entendido normativamente. Celso Furtado (1967: 74-76), em seu livro teórico mais geral, não separa desenvolvimento de desenvolvimento econômico, e o distingue de crescimento mas de forma limitada. Para ele, “o desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a”. Entretanto, observa Furtado, para que o crescimento não acarretasse modificações na estrutura econômica, seria preciso pensar em uma situação pouco provável na qual ocorresse a expansão simultânea de todos os setores produtivos sem qualquer aumento da produtividade. E conclui: “o crescimento é o aumento da produção ou seja do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto especializado, e o desenvolvimento é o *mesmo* fenômeno do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o anterior”. O *itálico* é de Furtado, o fenômeno é o mesmo, desenvolvimento econômico e crescimento econômico podem ter conotações diferentes mas afinal são a mesma coisa quando são estudados de forma empírica ou histórica.

Já vimos que pode haver crescimento da renda per capita sem desenvolvimento econômico, mas esse é um caso raro envolvendo economia de tipo enclave e doença holandesa. Excluídos esses casos, o desenvolvimento econômico sempre se caracterizou por aumento da renda per capita e por melhoria dos padrões de vida; em períodos relativamente curtos isto pode não ter ocorrido porque o desenvolvimento econômico era acompanhado por forte concentração de renda, mas basta que se aumente um pouco o período estudado para que os salários e o padrão de vida médio da população aumentem e a pobreza diminua. A não ser nos casos de países gravemente afetados pela doença holandesa o crescimento no longo prazo da renda per capita é sempre acompanhado de aumento dos salários e dos padrões de vida da maioria da população. Em meu modelo clássico de desenvolvimento econômico e distribuição (Bresser-Pereira 1986), eu, observando o processo histórico do desenvolvimento econômico, inverti a distribuição da economia política clássica, e considerei a taxa de lucro ao invés dos salários como a variável constante. Desta forma, sempre que o progresso técnico é neutro, permanecendo constante a relação produto-capital, os salários crescem com o aumento da produtividade.

Este fato não impede que a história econômica apresente muitos exemplos de processos de longo prazo de desenvolvimento econômico que não são acompanhados pelo aumento dos salários proporcional ao aumento da produtividade. Em certos momentos ocorre concentração de renda, bastando para isso que os lucros estejam crescendo mais rapidamente do que os ordenados e os salários, ou que os lucros e os ordenados da classe média profissional cresçam mais rapidamente que os salários. Praticamente todas as revoluções industriais tiveram uma dessas duas características; o extraordinário desenvolvimento econômico que vem ocorrendo na China nos últimos 25 anos está transformando um país que era altamente igualitário em um país desigual. Depois de passado o período de concentração de renda em benefício dos capitalistas que corresponde ao processo de acumulação primitiva e à Revolução Industrial do país, os salários passam a crescer proporcionalmente ao aumento da produtividade. Em um segundo momento, quando emerge e cresce fortemente a nova classe profissional ou tecnoburocrática, nova concorrência tende a ocorrer, mas agora em benefício dos salários (ou, mais precisamente, dos ordenados) recebidos por essa classe.

Nesses períodos de concentração de renda, ou de atraso do aumento dos salários dos trabalhadores não haveria desenvolvimento econômico? Isto não faz sentido, porque os salários médios dos trabalhadores estão de qualquer forma crescendo e milhões de pessoas estão saindo da pobreza. Na China, por exemplo, vem ocorrendo forte concentração da renda, mas mais de 300 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza. Na verdade, quando pensamos no desenvolvimento econômico, pensamos em processos econômicos como este que vem acontecendo na China. Se considerarmos que não houve desenvolvimento econômico em períodos como o do último quarto de século na China mas apenas crescimento econômico, o conceito de desenvolvimento econômico deixa de ser historicamente relevante e perde significado.

Por outro lado, quão freqüente é historicamente o desenvolvimento econômico acompanhado de desenvolvimento político, social e sustentável? Ou, em outras palavras, quão relevante no plano empírico é o desenvolvimento sem adjetivos, ou o desenvolvimento humano? Eu diria que esse é um fenômeno mais comum do que estamos muitas vezes prontos a admitir. É a forma atual de se falar em progresso, dando menos ênfase aos avanços da razão propostos e esperados pelos filósofos iluministas, e mais aos avanços reais em relação a seus objetivos

políticos que as sociedades modernas vêm alcançando através de um complexo e contraditório processo de trabalho e de lutas econômicas, sociais e políticas. Entretanto, o desenvolvimento humano ou desenvolvimento sem adjetivos só é algo que tem ocorrido com relativa frequência se pensarmos em períodos ainda mais longos do que aqueles necessários para que haja desenvolvimento econômico e alguma melhoria nos padrões de vida. No médio prazo, as quatro formas de desenvolvimento tendem a ocorrer de forma correlacionada, porque elas estão estruturalmente interligadas e porque elas correspondem a objetivos políticos das sociedades modernas, mas elas não ocorrem de forma bem comportada, sincronizada, e sim por saltos, descoordenadamente, como é próprio a todos os processos históricos. O desenvolvimento sem adjetivos ou o desenvolvimento humano é esse processo contraditório mas real de realização dos objetivos políticos das sociedades modernas.

Entendido o desenvolvimento econômico como uma das formas que assume o desenvolvimento humano, talvez seja possível conciliar sem confundir a abordagem histórica e a normativa do conceito de desenvolvimento econômico. Ignacy Sachs (2004: 38), que costuma distinguir crescimento de desenvolvimento, não hesita entretanto em acrescentar adjetivos ao desenvolvimento e ao crescimento que tornem o pensamento mais claro. Para ele existe um desenvolvimento includente e um crescimento excludente ou concentrador: “a maneira de definir desenvolvimento includente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido na bibliografia latino-americana como ‘excludente’ do mercado de consumo e ‘concentrador’ (de renda e de riqueza)”. Já que os adjetivos são neste caso, denominar a somatória de desenvolvimentos econômico, político, social e auto-sustentável de ‘desenvolvimento humano’ parece adequado inclusive porque aproveita a existência do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que foi criado a partir da preocupação com um desenvolvimento econômico que excluísse os demais objetivos sociais. Desenvolvimento simplesmente e desenvolvimento humano seriam, portanto, expressões sinônimas.¹

¹ O problema com essa alternativa é que nem sempre nos lembramos de acrescentar o ‘econômico’ à palavra ‘desenvolvimento’ para distingui-la de desenvolvimento ou desenvolvimento humano; porque nem sempre estaremos sendo claros usando apenas a palavra desenvolvimento para exprimir o doença holandesa ou o desenvolvimento como conceito normativo; mas em matéria de semântica não existem soluções perfeitas.

As nações definiram historicamente a autonomia nacional e o desenvolvimento econômico como seus objetivos políticos centrais. Hoje, a importância do desenvolvimento econômico entre os objetivos políticos das sociedades modernas fica clara pela simples leitura dos jornais. No noticiário interno sobre cada país, vemos que uma grande parte dos esforços de seus governantes está voltada para promover o desenvolvimento econômico do país. Na competição eleitoral na qual os políticos estão permanentemente envolvidos o critério principal de êxito ou fracasso adotado por eles mesmos e por seus eleitores é o de sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico ou a melhoria dos padrões de vida. E no noticiário sobre as relações econômicas, o que vemos, principalmente ao nível da Organização Mundial do Comércio, mas também em muitos outros fóruns, é um grande processo de competição entre as nações, cada governo defendendo os interesses de suas empresas que são também os interesses de seus países. Nas análises geopolíticas que fazem analistas políticos e econômicos de todos os tipos, finalmente, o que vemos com frequência é a observação de que este ou aquele país está ganhando sua competição geralmente com o vizinho porque sua economia está crescendo mais rapidamente. Identificar o processo histórico do desenvolvimento econômico com crescimento econômico ou com aumento do valor adicionado per capita não implica apenas dar um sentido econômico claro ao conceito, mas, adicionalmente identificá-lo com a realização de um dos objetivos políticos fundamentais das sociedades modernas. Não significa desconsiderar o valor dos demais, mas sugere que sejam distinguidos com clareza os diversos objetivos políticos das sociedades democráticas. Parece-me mais adequado do ponto de vista analítico da teoria política definir desenvolvimento econômico nos termos que fiz acima, não fazendo diferença com desenvolvimento econômico, tirar desse conceito conotações normativas mais amplas, e considerá-lo não como 'o' objetivo geral mas como um dos cinco grandes objetivos políticos que as sociedades modernas estabeleceram para si mesmas. Esses objetivos foram estabelecidos historicamente, e estão relacionados com a definição dos direitos de cidadania. Os dois primeiros objetivos políticos já estavam claramente presentes nas sociedades antigas – são a ordem ou segurança interna e a paz combinada com autonomia nacional. O terceiro objetivo constitui-se após o surgimento dos estados absolutos – é o da liberdade, que em um primeiro momento é definida em termos liberais como liberdade de pensamento ou, mais amplamente, como garantia dos direitos civis, e em um segundo, em termos democráticos,

como liberdade de participar da escolha dos governantes do estado, como direito político. O quarto objetivo político define-se a partir da revolução industrial que o viabiliza – é o objetivo do desenvolvimento econômico ou do aumento do bem-estar material, e está relacionado com o direito ao trabalho. O quinto objetivo político começa a ser definido socialmente na segunda metade do século XIX: é o da justiça social e se identifica com a afirmação dos direitos sociais. Finalmente, no último quartel do século XX, um sexto e último objetivo político é definido historicamente: depois da conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, a proteção do ambiente, ou o ‘desenvolvimento sustentado’ assume caráter tão importante quanto o dos outros cinco objetivos políticos das sociedades modernas.

Definido o desenvolvimento ou o crescimento econômico nestes termos restritivos, a melhor maneira de medi-lo continua a ser a do crescimento da renda per capita. Ainda que o IDH calculado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – seja uma contribuição importante, ele é antes um índice de nível de desenvolvimento do que um índice de crescimento, não podendo ser usado para medir taxa de desenvolvimento econômico, enquanto que a renda per capita permite. Esse índice leva em consideração apenas três variáveis – alfabetização, longevidade e renda per capita – esta última com um peso de 50% no índice. Mesmo quando se trata de comparar níveis de desenvolvimento econômico de vários países, os dados de renda per capita que utilizam como renda ou produto nacional seu conceito PPP (*purchasing power parity*), que emerge da adoção de uma taxa de câmbio baseada em cestas de mercadorias ao invés da taxa de câmbio de mercado, continuam a ser mais usados.

progresso técnico x acumulação de capital

Na determinação das causas do desenvolvimento, que resumi à educação ou ao progresso tecnológico e a uma taxa de câmbio que estimule o investimento, existe um velho e ocioso debate entre os economistas que atribuem maior importância à acumulação de capital ou então ao desenvolvimento tecnológico. Essa discussão faz pouco sentido não apenas porque a acumulação de capital vem sempre acompanhada de progresso técnico, como também porque é óbvio que o conhecimento, seja ele técnico, organizacional, ou comunicativo, é cada vez mais estratégico para a competitividade das empresas e das nações. Se distinguirmos dois

tipos básicos de capital – o capital físico e o capital humano –, verificaremos que a aceleração incessante do progresso técnico vem levando à gradual substituição do primeiro pelo segundo no papel de fator estratégico de produção. Cada vez é mais importante o conhecimento detido pelos indivíduos com competência técnica, administrativa, ou comunicativa – os tecnoburocratas que constituem a classe média profissional. É por essa razão que, embora o sistema econômico se mantenha basicamente capitalista, porque orientado para lucro privado, o poder e o prestígio da classe média profissional, altamente educada, não para de crescer em relação ao da classe capitalista.² O desenvolvimento econômico decorre tanto da acumulação de capital físico quanto humano, que mantêm entre si uma certa proporcionalidade técnica: quando um se torna excessivo em relação ao outro, tende a ocorrer o desemprego. Como tendência geral, porém, o segundo tende a prevalecer sobre o primeiro na medida em que nos países desenvolvidos existe uma relativa abundância de capital físico, enquanto se verifica uma relativa escassez de capital humano, apesar dos enormes investimentos em educação. Já em países de renda média, como o Brasil, a escassez é dos dois tipos de capital.

Em resumo, para o processo do desenvolvimento econômico concorrem inúmeros fatores que se encadeiam uns aos outros. Como o crescimento decorre da acumulação de capital e do progresso técnico, é essencial saber se os empresários estão sendo estimulados a investir e inovar. Se não existirem estímulos, é sinal de que o problema está na falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Se o problema enfrentado pelos empresários for a falta de mão-de-obra e de técnicos, o ponto de estrangulamento estará na educação. Se, pelo contrário, for uma taxa de câmbio incompatível com o investimento em setores com maior valor adicionado per capita, o problema será essencialmente macroeconômico. Os obstáculos ou os pontos de estrangulamento podem, portanto, ocorrer em qualquer ponto da cadeia, mas é sempre importante definir qual é o ponto mais relevante em cada momento. Os obstáculos podem ser internos, como são os casos citados, ou podem ter origem externa. Quando os países ricos, no passado, argumentavam com a lei das vantagens comparativas para convencer os países em

² Galbraith (1967 [1968]) fez a clássica análise dos três fatores estratégicos de produção que se sucederam historicamente: a terra, o capital, e o conhecimento. Em um trabalho recente (Bresser-Pereira, 2005a) procurei mostrar como esse tema, que nos anos 60 e 70 era altamente controverso, tornou-se hoje pacífico, de forma que hoje, na era da ‘sociedade do conhecimento’ (Drucker, 1993), o

desenvolvimento a não se industrializar, estavam colocando obstáculos ao desenvolvimento desses países por impedir a transferência de sua mão-de-obra para setores com maior valor adicionado per capita. No presente, quando defendem sua propriedade intelectual excluindo os países em desenvolvimento dos seus benefícios, estão procurando novamente evitar aquela transferência, e, mais concretamente, estão tentando neutralizar a capacidade de competição dos países em desenvolvimento.

Modelos de desenvolvimento e ‘modelos de crescimento’

O ramo da economia que estuda o desenvolvimento econômico é a teoria econômica do desenvolvimento (*development economics*), que, embora tenha suas origens nos economistas mercantilistas e clássicos, surgiu como área autônoma nos anos 1940, em meio à crise da teoria econômica neoclássica, e tendo como bases teóricas as obras dos mercantilistas, Smith, Marx, Schumpeter, e Keynes. Na medida em que essa teoria busca compreender um fenômeno histórico, os modelos que constrói são necessariamente históricos, ou seja, modelos que buscam definir as características e dificuldades principais que os processos de crescimento enfrentam. Os primeiros modelos tratavam de como se inicia o desenvolvimento econômico em uma região pré-capitalista, discutiam a ‘armadilha do desenvolvimento’, o problema da oferta ilimitada de mão-de-obra, a acumulação primitiva e a poupança forçada, a revolução industrial e seus pré-requisitos. A partir daí, estudam-se o que poderíamos chamar de diferentes modelos ou estilos de desenvolvimento econômico: o modelo original de desenvolvimento dos países que iniciaram a revolução industrial, como a Inglaterra e a França; o modelo dos países de desenvolvimento atrasado do centro que jamais foram colônias como a Alemanha ou o Japão; o modelo russo e chinês que excluiu os empresários capitalistas na fase inicial e concentrou todo o processo de acumulação primitiva no estado; o modelo de substituição de importações que começa nos anos 1930 nos países latino-americanos; e o modelo exportador que se configura nos anos 1960 no Leste e Sudeste da Ásia. Uma alternativa é comparar modelos atuais de desenvolvimento econômico dos países

sistema econômico continua capitalista, mas os capitalistas perderam parte substancial do seu poder para os técnicos ou tecnoburocratas.

ricos, ou, em outras palavras, os modelos de capitalismo desenvolvido: o modelo anglo-saxão, o modelo renano ou franco-alemão, o modelo dos países escandinavos, o modelo japonês. De acordo com o método histórico, todos esses padrões históricos são reduzidos a modelos teóricos – modelos que são abertos, necessariamente incompletos, porque refletem realidades complexas e dinâmicas que são incompatíveis com os modelos fechados que tanto atraem os economistas (Dow, 1996; Chick, 2004).

A partir dos anos 1970, quando o pensamento neoclássico recobra forças no quadro de uma grande onda ideológica neoliberal, o interesse dos economistas pelos modelos históricos diminuiu, porque não se adaptavam às exigências de formalização matemática lógico-dedutiva da teoria econômica neoclássica. Como alternativa a eles, já estavam surgindo então os chamados ‘modelos de crescimento’ – ou seja, modelos radicalmente abstratos baseados em funções matemáticas de produção que buscam relacionar o crescimento com determinadas variáveis. Embora o primeiro desses modelos tenha sido keynesiano, eles tornaram-se especialmente populares entre os economistas neoclássicos a partir do momento em que, em 1956, Robert Solow foi capaz de desenvolver um modelo simples que tornava a análise dinâmica do crescimento compatível com a análise estática do equilíbrio geral – algo importante para uma teoria econômica que tem como critério de verdade antes o coerentismo do que a correspondência com a realidade.

Com o surgimento desses modelos, tornou-se convencional distinguir a ‘teoria econômica do desenvolvimento’, que teria bases históricas, da ‘teoria econômica do crescimento’ (*growth economics*) que teria como base funções de produção inicialmente exógenas, ou seja, nas quais o progresso técnico ou o capital humano eram exógenos, e, em um segundo momento, conseguindo endogeneizar matematicamente essa variável. A teoria econômica do desenvolvimento seria mais ampla, e incluiria toda a complexidade do processo do desenvolvimento, enquanto que a ‘teoria do crescimento econômico’ mostraria como ocorre o crescimento da renda per capita a partir de um número mais limitado e formalizado de variáveis. Na verdade, essa diferenciação não faz sentido já que o fenômeno a ser estudado é um só, e que sua principal medida é sempre o crescimento da renda per capita. Por outro lado, logo se verificou que o potencial explicativo dos modelos de crescimento é muito limitado. O modelo de Harrod-Domar tem a vantagem de supor uma função de produção muito simples,

relacionando o crescimento com a taxa de investimento, dada uma produtividade do capital ou relação produto capital. Já o modelo de Solow usa uma função Cobb-Douglas também simples mas que permite considerar outros fatores além do capital. A primeira visava mostrar a tese keynesiana de que o desenvolvimento econômico não ocorre com equilíbrio assegurado pelo mercado, enquanto que a segunda, ao prever a substituição de fatores, pretendia demonstrar a tese neoclássica que o mercado assegura esse equilíbrio. É claro que nem uma nem a outra logrou atingir seu objetivo. Para pesquisadores neoclássicos, o grande feito do modelo de Solow teria sido haver demonstrado, através do resíduo das regressões, que a acumulação de capital sozinha não explica o desenvolvimento econômico, e que era fundamental considerar o progresso técnico. Ora, disto jamais tiveram dúvidas os grandes economistas em todos os tempos. Na verdade, uma lamentável consequência desse modelo foi haver depreciado a importância da taxa de investimento quando todas as pesquisas empíricas mostram uma alta relevância dessa taxa na determinação das taxas de crescimento econômico.

Uma das razões que ainda mantém o interesse nesses modelos de crescimento está na alegação de que eles legitimariam a pesquisa empírica econométrica à base de regressões, relacionando a taxa de crescimento com diversas variáveis. Como toda pesquisa empírica necessita de uma hipótese teórica, os modelos de crescimento ofereceriam essa hipótese. No caso do modelo de Solow, estaria por trás da pesquisa toda a teoria econômica neoclássica com a qual ele é coerente. Esse entendimento, entretanto, é equivocado. Ao invés de as pesquisas partirem ou pretenderem partir de modelos de estatuto teórico no mínimo discutível, elas na verdade partem de hipóteses simples como as de que a educação, ou os cuidados de saúde, ou a pesquisa e o desenvolvimento, ou boas instituições promovem o desenvolvimento econômico, e testam econometricamente essas hipóteses. Não existe aí a utilização do modelo de Solow ou qualquer outro modelo teórico, mas uma simples hipótese científica. O instrumento utilizado é apenas uma função matemática que permite o cálculo de regressões entre o crescimento da renda por habitante e a variável que se quisesse testar. Como hipótese teórica para as pesquisas basta a própria hipótese do pesquisador de que esta ou aquela variável pode ser relevante na explicação do crescimento. Não há necessidade de usar modelos teóricos gerais que, afinal, além de serem reducionistas do processo de desenvolvimento econômico, pouco ou nada esclarecendo sobre ele, não levam em

consideração que é sempre necessário analisar o desenvolvimento também do lado da demanda.

O interesse pelos modelos abstratos de crescimento afinal revelou-se estéril e esta foi uma das razões que levaram o problema central do desenvolvimento econômico a uma posição secundária na teoria econômica neoclássica. Não obstante toda essa prioridade dada socialmente ao desenvolvimento econômico, não obstante ser ele um dos cinco objetivos políticos fundamentais das sociedades modernas ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social e da proteção da natureza, no ensino da economia nas universidades ele tem um papel muito mais modesto. Se examinarmos os cursos e os textos de teoria econômica atuais, veremos que o espaço dedicado ao estudo do desenvolvimento econômico é pequeno. Durante um certo tempo, os economistas neoclássicos dedicaram-se a calcular o resíduo da função de produção de Solow que foi identificado como a medida da produtividade: a produtividade total dos fatores. Esgotados esses exercícios que afinal eram fúteis, porque não há progresso técnico sem acumulação, esses economistas se viram sem instrumentos para compreender os processos reais de desenvolvimento, e acabaram por abandonar ou colocar o tema em segundo plano.

Um aspecto curioso dessa divisão entre uma teoria do desenvolvimento e outra do crescimento econômico proposta pelos neoclássicos é que ela veio de encontro com a proposta de uma parte dos próprios economistas da teoria econômica do desenvolvimento de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico. Isto talvez se explique porque os extremos se tocam. Ou porque para uns foi uma forma de salientar o conteúdo histórico de transformações estruturais, culturais e institucionais, e para outros, uma forma de esvaziar desse conteúdo o fenômeno real que estudavam. Entre as duas alternativas, eu obviamente opto pela segunda, mas não vejo razão para distinguir substantivamente um processo histórico de desenvolvimento do de crescimento, a não ser, como vimos, que limitemos o último a processos econômicos nos quais o crescimento da renda per capita ocorre no quadro de enclaves modernos ou de doença holandesa, de forma que esse crescimento fica limitado geograficamente e beneficia muito poucos.

Referências

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1986) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- Chick, Victoria (2004) “On open systems”. *Revista de Economia Política* 24(1): 3-16.
- Dow, Sheila C. (1996) *The Methodology of Macroeconomic Thought*. Cheltenham: Elgar Press.
- Furtado, Celso (1967) *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Furtado, Celso (2004) “Os desafios da nova geração”. *Revista de Economia Política* 24(4): 483-486. Discurso na cerimônia de abertura da III Conferência Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, URFJ, 2004.
- Sachs, Ignacy (2004) *Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garammond & SEBRAE.
- Schumpeter, Joseph A. (1911 [1961]) *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961. Primeira edição alemã, 1911.
- Sen, Amartya (1999) *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.